

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2021

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 9 POSTOS DE CARREGAMENTO ULTRARRÁPIDO DE MOBILIDADE ELÉTRICA

PROGRAMA DE CONCURSO

16 de fevereiro de 2021

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Artigo 1.º Objeto do Concurso	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º Concorrentes.....	4
Artigo 5.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	5
Artigo 6.º Esclarecimentos, Retificação, Erros e omissões das Peças do Procedimento.....	5
CAPÍTULO II PROPOSTA.....	6
Artigo 7.º Proposta	6
Artigo 8.º Modo de apresentação das propostas.....	7
ARTIGO 9.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
Artigo 10.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas.....	7
Artigo 11.º Propostas Variantes.....	8
Artigo 12.º Prazo de manutenção da proposta	8
CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	8
ARTIGO 13.º LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	8
ARTIGO 14.º ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	9
ARTIGO 15.º ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS.....	9
CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO.....	9
ARTIGO 16.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	9
ARTIGO 17.º RELATÓRIO PRELIMINAR.....	10
ARTIGO 18.º AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	10
ARTIGO 19.º RELATÓRIO FINAL.....	11
ARTIGO 20.º NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	11
CAPÍTULO V HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO.....	12
ARTIGO 21.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	12
CAPÍTULO VII.....	13
ARTIGO 22.º CAUÇÃO.....	13
CAPÍTULO VI CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	14
ARTIGO 23.º MINUTA DO CONTRATO	14
ARTIGO 24.º RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA	14
ARTIGO 25.º CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	14

ARTIGO 26.º DESPESAS E ENCARGOS.....	15
ARTIGO 27.º NÃO OUTORGA DO CONTRATO.....	15
CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15
ARTIGO 28.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	15
ANEXO I.....	16
ANEXO III.....	19
ANEXO IV.....	22

PROGRAMA DO CONCURSO

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto o fornecimento, instalação e exploração de 9 (nove) postos de carregamento ultrarrápidos de mobilidade elétrica (doravante designados, individualmente ou coletivamente, por PCUR), nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos.
2. O presente concurso encontra-se dividido em 9 (nove) lotes devidamente identificados no Anexo I ao Caderno de Encargos.
3. Os concorrentes são obrigados a apresentar proposta a todos os lotes a concurso, devendo submeter uma proposta por lote, sob pena de exclusão de todas as propostas apresentadas.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a MOBI.E, S.A. (Mobi.E), pessoa coletiva n.º 509767605, com sede na Rua Engenheiro Frederico Ulrich, 2650, 4470-605 Maia, e escritório na Av. Eng.º Duarte Pacheco, n.º 19, 3º – Esq., 1070-100 Lisboa, com o endereço eletrónico contratacao@mobie.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração de 16 de fevereiro de 2021.

Artigo 4.º

Concorrentes

1. Podem participar no presente procedimento todas as entidades, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem participar no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de modo individual nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio e de Operador do PCUR objeto do presente procedimento, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da MOBI.E, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

Artigo 5.º

Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Mobi.E, no endereço www.acingov.pt, onde podem ser consultadas e descarregadas pelos interessados.
2. O acesso às peças do procedimento nos termos previsto no número anterior será facultado aos interessados que efetuem inscrição através da plataforma eletrónica no procedimento correspondente.
3. Em caso de dúvida sobre a utilização da plataforma eletrónica, os interessados poderão recorrer ao centro de apoio técnico previsto para esse fim, através do e-mail apoio@acingov.pt ou do número de telefone 707 451 451.
4. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis para consulta nas instalações da Mobi.E, no seu escritório sito na Av. Eng.º Duarte Pacheco, n.º 19, 3.º Esq.º, em Lisboa, em funcionamento todos os dias úteis das 10h00 às 13h00 e das 15h00 às 17h00, desde o dia da publicação do anúncio e até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, Retificação, Erros e omissões das Peças do Procedimento

1. Nos termos do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, até às 23h59 do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E.



2. No prazo referido no número anterior, os interessados podem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, devendo respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos solicitados nos termos do n.º 1 serão prestados por escrito, pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados que as tenham adquirido.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPÍTULO II

PROPOSTA

Artigo 7.º

Proposta

1. A proposta é a declaração pela qual os concorrentes manifestam a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõem a fazê-lo e é constituída, para cada lote, pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I (Modelo de Declaração)**, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - b. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>;
 - c. Documento realizado de acordo com o formulário do **Anexo II (Modelo de Proposta)**, para cada lote.
 - d. Documento do qual constem as características, especificações e requisitos técnicos, funcionais ou de segurança, dos equipamentos a fornecer e instalar.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento da mesma.

3. Tratando-se de um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea b. deve ser apresentado por cada um dos seus membros.
4. Em caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada pelo representante comum, devidamente mandatado para o efeito, ou, não existindo, assinadas por todos os membros do agrupamento com poderes para o ato, ou pelos seus representantes, devidamente mandatados para o efeito.
5. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, se redigidos em língua estrangeira, devidamente acompanhados de tradução legalizada ou tradução não legalizada, desde que esta seja devidamente acompanhada por declaração do concorrente, nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos sobre os respetivos originais.

Artigo 8.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E.
2. Os documentos da proposta deverão ser assinados através de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 9.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no JOUE.

Artigo 10.º

Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos referidos no artigo 6.º do presente Programa de Concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.
2. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

3. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao júri do procedimento e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

Artigo 11.º

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Prazo de manutenção da proposta

O concorrente é obrigado a manter as suas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

ARTIGO 13.º

LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. O júri do procedimento, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E.
2. Mediante atribuição de um login e de uma password, aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2.

ARTIGO 14.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique, com as necessárias adaptações, qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

ARTIGO 15.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E, sendo desse facto imediatamente notificados todos os concorrentes.

CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 16.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada, por lote, à proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o modelo de avaliação previsto no Anexo III ao presente programa e de acordo com os seguintes fatores e respetivos coeficientes de ponderação:
 - a. Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR) – 17%;
 - b. Prémio pela exploração – 50%;
 - c. Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR – 33%.



2. Os parâmetros-base por atributo são, sob pena de exclusão da proposta, os seguintes:
 - a. Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR): não pode ser superior a 80.000,00 € (oitenta mil euros);
 - b. Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR (€/Kwh): não pode ser superior a 0,300 €/kWh.
3. Para efeitos de aplicação do limite máximo previsto no n.º 4 do artigo 1.º, a adjudicação por lotes será feita sequencialmente pelo número do lote (1 a 9), começando pelo lote com o número mais baixo (1) até ao lote com o número mais alto (9).
4. Em caso de empate de propostas, será escolhida a proposta que tenha obtido a pontuação mais elevada no fator Prémio pela exploração.
5. Caso após a aplicação do critério previsto no número anterior persista o empate entre propostas, será realizado sorteio entre as propostas em situação de empate, sendo a data e hora da sua realização comunicada aos concorrentes através de convocatória emitida por aviso na plataforma eletrónica com uma antecedência mínima de 3 (três) dias.
6. Para efeitos do sorteio referido no número anterior, a cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

ARTIGO 17.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

ARTIGO 18.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

ARTIGO 19.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao Conselho de Administração da Mobi.E, para efeitos de adjudicação.
4. Cabe ao Conselho de Administração da Mobi.E decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

ARTIGO 20.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

1. Após a decisão de adjudicação, todos os concorrentes são simultaneamente notificados, eletronicamente, desse mesmo ato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa de Concurso e no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar a caução devida, indicando-se expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar, no prazo de 10 (dez) dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

CAPÍTULO V

HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

ARTIGO 21.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b. Certificado do Registo Criminal dos titulares dos órgãos sociais do concorrente (cfr. alíneas b) e i) do art.º 55º do CCP);
 - c. Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente a contribuições para a segurança social (alínea d) do art.º 55 do CCP);
 - d. Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente ao pagamento de impostos devidos (alínea e) do art.º 55º do CCP);
 - e. Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente;
 - f. Licença de operação de pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica conferida nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua redação atual;
 - g. Declaração emitida pela Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica que, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua redação atual, e das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 2º da Portaria n.º 241/2015, de 12 de agosto, e do n.º 1 do artigo 3º da Portaria n.º 221/2016, de 10 de agosto, comprove que os equipamentos a fornecer efetuaram, com sucesso, testes de compatibilidade e integração com a Rede MOBI.E.
2. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no número anterior devem ser apresentados por todos os seus membros, exceto os referidos nas alíneas a), f) e g).
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, o adjudicatário deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, e declarando aceitar a respetiva prevalência sobre o original.
4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, em suporte digital, através da plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E.

5. Poderá ser dado um prazo adicional para apresentação dos documentos de habilitação se, por motivo devidamente comprovado não imputável ao adjudicatário, este não puder proceder à sua apresentação no prazo atrás referido.
6. A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos de habilitação atrás referidos ou apresentá-los fora dos prazos estabelecidos.
7. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação dessas mesmas irregularidades para as suprir, sob pena da caducidade da adjudicação.

CAPÍTULO VI

CAUÇÃO

ARTIGO 22.º

CAUÇÃO

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário presta caução nos termos previstos na Cláusula 29.ª do Caderno de Encargos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário presta caução de valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Preço Contratual relativo à 1.ª fase do contrato (custo da instalação do PCUR), em conformidade com um dos modelos constantes do Anexo V ao presente Programa de Concurso, devendo a sua prestação ser comprovada até ao dia imediato ao do termo do prazo para a respetiva prestação.
3. Após a celebração do contrato, seguir-se-ão os termos previstos na Cláusula 29.ª do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO VII

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 23.º

MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário, através da plataforma eletrónica utilizada pela Mobi.E, nos termos do presente Programa de Concurso, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 24.º

RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o Conselho de Administração da Mobi.E, devendo este comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
2. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

ARTIGO 25.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será celebrado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação nem da apresentação de todos os documentos de habilitação, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. Com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis será comunicado ao adjudicatário a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. Pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, caso a Mobi.E não celebre o contrato no prazo fixado, por motivo que lhe seja imputável, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente tiver incorrido com a elaboração da proposta, podendo, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

ARTIGO 26.º

DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 27.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP e do n.º 4 do artigo 5.º do presente programa.
2. Verificando-se a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, deverá ser adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último prestador selecionado.
3. Nos casos previstos no n.º 1, poderá ser instaurado ao adjudicatário um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 28.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do concurso aplica-se o regime jurídico previsto no CCP e legislação complementar.

ANEXO I

Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II
Modelo de Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que, em caso de adjudicação, a sua representada se compromete a executar integral e pontualmente o contrato a celebrar, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos, de acordo com os seguintes atributos:

- a. Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação): [●]€ (● euros);
- b. Prémio pela Exploração: [●]€ (● euros);
- c. Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR: [●]€/Kwh (● euros/Kwh).

...(local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

Modelo de avaliação

1. Enquadramento metodológico

- 1.1 A avaliação das propostas será efetuada nos termos do disposto no artigo 139º do CCP.
- 1.2 A pontuação global de cada proposta, que será expressa numericamente, resultará da aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais da proposta obtidas em cada um dos fatores elementares, tendo em conta os coeficientes de ponderação respetivos.
- 1.3 Para todos os fatores elementares foi definida uma expressão matemática que permitirá ao júri, por mera aplicação da mesma, obter a respetiva pontuação parcial da proposta.

2. Fatores de avaliação das propostas

2.1 São os seguintes os fatores elementares, e respetivos coeficientes de ponderação, que densificam o critério de adjudicação:

A) Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR)	17 %
B) Prémio pela exploração	50%
C) Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR (€/Kwh)	33%

3. Modelo de avaliação das propostas

A pontuação global $VG(p)$, da Proposta p , resultará da aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais obtidas pela Proposta p nos fatores elementares A), B) e C) tendo em conta os coeficientes de ponderação respetivos, através da seguinte expressão:

$$VG(p) = 0,17 \times VL_A(p) + 0,50 \times VL_B(p) + 0,33 \times VL_C(p)$$

Em que,

- $VL_A(p)$ é a pontuação parcial da Proposta p no fator elementar A;
- $VL_B(p)$ é a pontuação parcial da Proposta p no fator elementar B;
- $VL_C(p)$ é a pontuação parcial da Proposta p no fator elementar C;

4. Modelo de avaliação no fator elementar “A) Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR)”

4.1 Para o fator elementar “A) Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR)”, o processo de avaliação parcial consistirá na determinação da pontuação parcial $VL_A(p)$ de cada Proposta p , utilizando a expressão:

$$VL_A(p) = \begin{cases} 110 - \frac{1}{4} \times D_A(p) & \Leftarrow 0 \leq D_A(p) < 40 \\ 100 - \frac{10}{4} \times (D_A(p) - 40) & \Leftarrow 40 \leq D_A(p) \leq 80 \end{cases}$$

Em que,

- $D_A(p)$ é o Preço contratual relativo à 1.ª fase (custo da instalação do PCUR), medido em milhares de euros, da Proposta p (arredondado a três casas decimais) de acordo com a cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

5. Modelo de avaliação no fator elementar “B) Prémio pela exploração”

5.1 Para o fator elementar “B) Prémio pela exploração”, o processo de avaliação parcial consistirá na determinação da pontuação parcial $VL_B(p)$ de cada Proposta p , utilizando a expressão:

$$VL_B(p) = \begin{cases} \frac{65}{20} \times D_B(p) & \Leftarrow 0 \leq D_B(p) < 20 \\ 65 + \frac{35}{20} \times (D_B(p) - 20) & \Leftarrow 20 \leq D_B(p) < 40 \\ 100 + \frac{1}{2} \times (D_B(p) - 40) & \Leftarrow 40 \leq D_B(p) < 60 \\ 110 + \frac{1}{4} \times (D_B(p) - 60) & \Leftarrow 60 \leq D_B(p) \end{cases}$$

Em que,

- $D_B(p)$ é o Prémio pela exploração, medido em milhares de euros, da Proposta p (arredondado a três casas decimais) de acordo com a cláusula 6.ª do Caderno de Encargos.

6. Modelo de avaliação no fator elementar “C) Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR (€/Kwh)”

6.1 Para o fator elementar “C) Valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR (€/Kwh)”, o processo de avaliação parcial consistirá na determinação da pontuação parcial $VL_C(p)$ de cada Proposta p , utilizando a expressão:

$$VL_C(p) = 100 - \frac{10}{3} \times D_C(p) \quad \Leftrightarrow \quad 0 \leq D_C(p) \leq 30$$

Em que,

- $D_C(p)$ é o valor máximo da remuneração devida pela utilização do PCUR, por cada carregamento, medida em centimos de euro por kWh, da Proposta p (arredondado a uma casa decimal), de acordo com a cláusula 7.^a do Caderno de Encargos.

ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V
Modelos de Caução

Modelo de guia de depósito bancário

Euros ____ €

Vai ____ [nome do adjudicatário], com sede em ____ [morada], depositar na ____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco ____ a quantia de ____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos ____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida como garantia da celebração do contrato e do bom e pontual cumprimento, pelo [nome do adjudicatário], das obrigações decorrentes da lei, do Caderno de Encargos e do contrato celebrado na sequência do concurso público com publicidade internacional n.º 01/2021, nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Mobi.E, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário, reconhecida na qualidade]

Modelo de garantia bancária

À Mobi.E:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], garantia bancária autónoma, abstrata, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Mobi.E (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato celebrado na sequência do concurso público com publicidade internacional n.º 01/2021.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura do(s) legal(is) representante(s) do Banco, reconhecida na qualidade]

Modelo de seguro-caução

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor da Mobi.E, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no concurso público com publicidade internacional n.º 01/2021, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede em _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Mobi.E vai celebrar na sequência do referido concurso.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 2 (dois) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Mobi.E, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Mobi.E, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, mediante comunicação da Mobi.E, por escrito, de que cessaram todas as obrigações do tomador, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

[Local], [data]

[Assinatura do(s) legal(is) representante(s) do Banco, reconhecida na qualidade]